

O PAPEL DO CENTRO HISTÓRICO NA CIDADE: ESTUDO SOBRE O CENTRO NA CIDADE DE SALVADOR-BA

Alzilene Ferreira da Silva¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

lenesferreira@yahoo.com.br

Muito tem-se discutido sobre as questões referentes as cidades, temática sobre a qual debruçam-se distintas áreas do conhecimento, – antropólogos, sociólogos, urbanistas, geógrafos, historiadores, psicólogos etc. – cujos estudos versam sobre as incontáveis problemáticas oriundas do viver urbano. A cidade consiste, portanto, em um fecundo universo que viabiliza uma pluralidade de recortes analíticos. Produto da ação humana, a cidade manifesta e guarda os elementos tecidos no passado. E o “momento atual, por sua vez, revela continuidades e descontinuidades que se combinam em conseqüências das transformações na relação espaço/tempo urbanos” (CARLOS, 2004: 8). Os distintos usos e apropriações do espaço, as relações forjadas entre as gerações, a dinâmica dos grupos, do trabalho, do lazer, entre outros são frutos e sofrem influência da produção, do consumo e das práticas culturais. Em outros termos, pode-se, ainda, dizer que “a própria organização do espaço, o planejamento das edificações, é em si mesma uma manifestação de códigos culturais específicos.” (FEATHERSTONE, 1995: 135).

Referindo-se ao período de transformação da cidade moderna, Frúgoli, (1995: 13-14) discorre que as memoráveis alterações ocorridas primeiramente em Londres e Paris – posteriormente em outras urbes ocidentais – tornaram as cidades desconhecidas aos seus próprios moradores. As intervenções urbanísticas que rasgaram largas e novas avenidas e bulevares, como no caso de Paris, promoveram a demolição de antigos bairros, deslocando a população. Buscava-se inserir a capital francesa “numa escala de circulação mais propícia à ordem capitalista industrial. [Ao destruir os bairros populares] dominados pelas assim chamadas ‘classes perigosas’, com uma elevação dos aluguéis [empurrou-se] o proletariado para a periferia da cidade” (2006: 20)”. Os espaços centrais como ruas e praças passaram por profundas alterações, provocados pelo ritmo intenso de circulação. Situação desencadeada graças ao “movimento concomitante [da] expulsão [dos] moradores e [a sua] reintegração como transeuntes ou eventuais consumidores.” (FRÚGOLI, 2006: 20).

Dessa forma, intensifica-se a diversidade social nos espaços públicos. Além disso, as intervenções mudam a relação da população com os espaços da cidade, transformando os tipos

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. É integrante dos grupos de pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento da Universidade de Brasília-UNB e do Núcleo de Antropologia Visual - NAVIS/UFRN.

de usos tradicionais. As praças monumentais – com grandes espaços abertos e jardins – erigidas nesse período, em Londres e Paris, restringiam a aglomeração “pois mudou a liberdade com que as pessoas poderiam se reunir. A reunião de uma multidão se tornou uma atividade especializada; acontecia em três locais: no café, no parque para pedestre e no teatro.” (SENNETT, 1988: 76). Nega-se, desse modo, os usos que anteriormente caracterizavam o logradouro como espaço de usos múltiplos e popular, esmaecendo-o como ponto central da vida urbana. “Essas cidades deixam de ter um centro referencial, iniciando a dispersão e fragmentação de sua centralidade.” (FRÚGOLI, 1995: 14). Assim, sob a égide de uma operação política, visava-se criar uma imagem moderna de cidade. Todavia, o intuito de embelezar a Paris e adequar-la às necessidades de circulação, que a cidade industrial exigia, guardava também outras intenções, a saber: disciplinar estrategicamente os usos do espaço urbano, evitando com isso, a construção de barricadas. (LEITE, 2004, p. 18).

Nesse contexto é que a cidade torna-se palco onde comparece um novo personagem urbano: a multidão inebriada que ganhavam as ruas. Essas mutações trazem à tona uma nova concepção acerca da cidade, que passa ser percebida como espaço do perigo e ameaça. Reverso dessa percepção é assinalada por Walter Benjamin com a figura do *flâneur*, – que não se esquiva da multidão, nela penetra, simbolizando, desse modo, a vivência de novas aventuras urbanas e negação do refúgio privado.

Outro aspecto destacável, desse período, remete-se a nova concepção sobre modernidade, que desenrola-se inicialmente nas cidades norte-americanas. Esta nova compreensão privilegia a segmentação, especialização e funcionalidade do desenho urbano, suprindo às necessidades da cidade no tocante a circulação motorizada. Diante de tantas mutações a cidade torna-se cada vez mais estudada, exigindo uma soma maior de interlocutores que possam dar conta de responder às questões e propor soluções a altura do grau de amplitude e complexidade do objeto. Ora, não é de se admirar que no bojo dessas considerações resplandeça a seguinte indagação: o que é a cidade?

Nestor Garcia Canclini, (2008: 15) referindo-se sobre o que seria uma cidade, assevera que até a primeira metade do Século XX, para responder a essa indagação, comumente os estudiosos teciam suas considerações a partir das configurações físicas. Nesse sentido, o campo era tomado como ponto primordial de comparação. A cidade seria, portanto, o oposto do campo, um agrupamento denso e extenso de indivíduos socialmente heterogêneos. Não obstante, nas duas últimas décadas do Século, ocorre profunda alteração no modo de se conceber e pensar a cidade, pois os processos culturais e os imaginários passam a figurar as elaborações acerca dessa temática tão complexa. Tendo como pilar essa compreensão, as cidades não subsistem apenas como ocupação de um território, construção de prédios e interações materiais entre seus habitantes. “O sentido e o sem sentido do urbano se formam, entretanto, quando o imaginam os livros, as revistas e o cinema; pela informação que dão a cada dia os jornais, o rádio e a

televisão sobre o que acontece nas ruas.” (Id., 2008, 15) O antropólogo declara, ainda, que não é possível estabelecer com precisão o que seria uma cidade, nem mesmo o que são cada uma de suas representações específicas.

De fato desvendar, depreender o que seria a urbe é algo ainda labiríntico, implica trabalhar com palavras ou descrições imprecisas, que podem não atingir a plenitude dos seus significados. Dessa maneira, definir a cidade, bem como entender as miríades questões do fenômeno urbano são temáticas, sob as quais se debruçam os cientistas sociais. Seguindo a essa mesma senda, mas entendendo a cidade com outros enfoques teóricos e uma conspícua abordagem empírica, a Escola de Chicago, consiste em outra relevante referencia na história das Ciências Sociais e em especial nos estudos urbanos. Seguindo essa trilha, ao privilegiarem as pesquisas sobre a evolução, crescimento e o declínio das cidades, e ao levarem em consideração as características históricas e funcionais das cidades, os pensadores de Chicago possibilitaram a formação das primeiras análises sobre o centro.

O objeto expresso ganha mais enfoque com o contexto de reconstrução européia, após a Segunda Guerra Mundial. Nesse particular, o interesse pelo centro caminha no sentido de sobrepujar a degradação por este sofrida. Em uma perspectiva funcionalista, o centro era visto com a finalidade de viabilizar sua renovação. Desse modo, as reformas que promoviam a destruição do já construído, eram alicerçadas na compreensão de que era imperioso remover o que impedisse a evolução do centro. Assim, erigiam-se novas edificações sem levar em consideração o valor histórico ou estético. (FERREIRA, 1999/2000: sem paginação).

De acordo com essas angulações as palavras de ordem eram destruir, construir e reconstruir. As formulações em torno da renovação urbana coadunam-se com o conceito sobre patrimônio vigente na época, em que apenas os monumentos históricos artísticos construídos antes da Revolução Industrial eram considerados bens patrimoniais. Comumente as demolições eram realizadas visando a valorização do patrimônio; retiravam-se os prédios que circundava um monumento com o intuito de torná-lo mais evidente. O apelo a salubridade, outra característica da época, acaba por justificar uma constelação de intervenções nos bairros antigos. (FERREIRA, 1999/2000, passim).

Tecidos essas considerações mais iniciais, torna-se forçoso indagar porque o centro da cidade torna-se alvo de operações orquestradas com a finalidade de renová-lo. Como surge e o que é o centro da cidade? Puxando o fio que leva a uma melhor elucidação das complexas e abrangentes questões aduzidas, torna-se relevante salientar as considerações de Flávio Villaça, que consiste em um importante contributo a compreensão do objeto apresentado.

Villaça (2001: 237), declara que “toda aglomeração socioespacial humana – da taba indígena à metrópole contemporânea, passando pelas cidades medievais e as pré-colombianas – desenvolve um, apenas um, centro principal.” Com essa afirmação, o autor segue com a tarefa de tecer considerações acerca da natureza do centro e sobre o conceito de centro urbano. Para a

tecedura de tais meandros o autor propõe que se considere uma aglomeração composta de algumas dezenas de casas, na qual ainda não tenha surgido nenhuma instituição coletiva (governo, organização religiosa). Nesse contexto não existe disputa pelas localizações. A partir do momento em que se desenvolvem relações sociais entre as famílias e articulam-se interesses em comum, dilata-se a cooperação e a interdependência entre elas.

Nessa perspectiva, o centro resulta da necessidade de afastamentos indesejados, mas forçosos. Seu nascedouro encontra-se entrelaçado ao desenrolar da vida social, que faz com que desponte atividades que exigem o movimento para um ponto comum (comércio, religião, governo, lazer). Essas atividades devem situa-se em um local que reduza o somatório de todos os deslocamentos. Em outras palavras, o centro constitui-se a medida que se desenvolve a comunidade organizada, desse processo floresce um ponto que “seria aquele no qual toda a comunidade se reuniria no menor tempo possível.” (VILLAÇA, 2001: 239). Por isso, não é de se admirar, que ocorra uma disputa pelo centro, e isso, faz com que os terrenos localizados nesse ponto adquiram elevado valor de uso. O autor afirma, ainda, que a medida que a sociedade torna-se mais complexa, grupos ou famílias podem optar por deslocar-se para a periferia.

Frúgoli (1995: 12), em sua obra “São Paulo: espaços públicos e interação social”, salienta que as distintas e ricas manifestações que germinam na cidade, as relações do comércio, a dimensão política e simbólica, as práticas religiosas, as exposições artísticas, as relações de encontro, sociabilidade, do ócio (lazer), ganham mais eco, mais visibilidade nos centros públicos. Estes seriam, portanto, os espaços onde se assiste a diversidade sociocultural, onde a vida ganha mais veemência e se exterioriza muitas vezes de modo dramático. O centro seria, portanto, uma “espécie de ‘coração’ da cidade, onde se intensificam seus pulsares.” (FRÚGOLI, 2001: 12). Ora, caminhando por essa vereda, torna-se possível perceber “a excepcional importância comunitária e social dos centros que faz com que eles passem a ser objeto de grande valorização simbólica.” (VILHAÇA, 2001: 241).

Raquel Ronik, abordando sobre essa temática assegura que o centro é uma zona privilegiada no que concerne as vantagens locais por abarcar investimentos urbanos acumulados ao longo dos tempos. Nesse sentido, o centro de uma cidade é percebido em todos os pontos como um lugar estratégico. É uma área de distribuição de transporte e de intensa circulação de pessoas. Além disso, de modo geral, é o local onde nasceu a cidade, por isso concentra as edificações mais antigas, envelhecidas pela ação do tempo. Corroborando com essas elaborações Villaça (op. cit., 246), referindo-se ao contexto das cidades brasileiras, salienta que os centros tradicionais das metrópoles, apesar da evidente “decadência” (grifo do autor), continuam sendo os pontos irradiadores da organização espacial urbana. Os centros ainda abrigam a maior concentração de lojas, escritórios e serviços da cidade. Por isso, também, continuam destacando-se como o local que mais oferta empregos. Sendo assim, atendem a mais população do que outros centros das metrópoles, pois atraem o maior número de viagens. São

ilustrativas a esse respeito às cidades de São Paulo e Salvador, onde o centro apesar de apresenta notável declínio, continua sendo áreas de intenso fluxo.

As experiências de cidade brasileiras facultam perceber, que mesmo não habitando o centro, a população de alta renda deslocou-se para as áreas vicinais. É ilustrativo a esse respeito a cidade de São Paulo, em que a elite concentrada em áreas centrais como Higienópolis, Pacaembu, Alto de Pinheiros, Jardins entre outros, é muito maior que os que optaram por locais afastados como Granja Viana e Alphavilles. No entanto, o anverso dessa tendência também se faz perceptíveis em algumas capitais, exemplar nesse tocante são as cidades do Rio de Janeiro e do Recife.

Nas décadas de 1950 e 1960 os centros das grandes cidades começam a tracejar os sinais de abandono pela população mais abastada. O centro, paulatinamente, vai deixando de ser o lugar profícuo de compras, serviços, empregos, lazer e moradia. Em contrapartida surgem os chamados subcentros¹ que visam a atender uma clientela de alta renda. Para esses novos espaços deslocam-se os serviços como: cinemas, restaurantes, lojas de artigos de luxo, bancos, escritórios, profissionais liberais etc. Assiste-se nesse horizonte a tomada do centro pela camada popular. As teias que foram tecidas desenham um novo quadro, e na aurora dos anos de 1970, os subcentros atingem seu apogeu – com suas lojas departamentos e seus gigantescos cinemas polarizam uma considerável área de influência. Na mesma esteira visualiza-se a proliferação, nas metrópoles brasileiras, dos *shopping centers*. Sobre esse aspecto Featherstone (1995: 145) esclarece que à medida que as cidades se desindustrializam e se transformam em centro de consumo, ocorre o considerável crescimento do número de *shopping centers*.

No cenário mundial, nos anos de 1960, as preocupações sobre os centros urbanos ganham robustez. As concepções modernas de cidade, o urbanismo racionalista e, sobretudo, o zoneamento funcional – a divisão do território em diferentes áreas e distintas funções que nelas aconteciam, das quais se destacam trabalhar, habitar, circular e o lazer – é alvo de inexoráveis críticas. Desenha-se nesse limiar a compreensão de que o zoneamento funcional promove o esmaecimento das funções nas áreas residenciais, além de favorecer o afastamento entre as habitações e áreas centrais. O efeito mais notável desse tipo de planejamento seria o esmorecimento da animação social no centro após o período de trabalho. Então, na segunda metade do Século XX, abre-se as cortinas para um novo entendimento sobre o centro da cidade, mudam-se substancialmente o planejamento e as políticas. Nesse compasso as palavras que

¹ Segundo Villaça (2001, p. 293-294), o subcentro consiste numa réplica em tamanho inferior ao centro principal, com o qual concorre em parte sem, a ele se igualar. Atende, no entanto, aos mesmos critérios de acesso. A diferença capital é que o subcentro apresenta esses requisitos apenas para uma parte específica da cidade, ao passo que o centro principal engloba toda cidade. Deve-se, ainda, esclarecer a diferença existente entre estes e os centros especializados – a exemplo da Rua Santa Efigênia, em São Paulo, especializada em material elétrico e eletrônico. Estes centros frequentemente atendem a toda cidade, como o centro principal. No entanto, por causa da sua especialização são usados com menor frequência e por um menor número de usuários. O centro principal ao contrário exerce uma atração mais constante e intenso de pessoas.

embalam essas novas elaborações são: recuperar, preservar e requalificar os espaços e usos. É também nos anos de 1960, que ganha fôlego a compreensão da urbe como objeto patrimonial. Expande-se igualmente o conceito do que seria patrimônio.

Após a Revolução Industrial, a noção de patrimônio passar enfeixar obras construídas, o que significa dizer, que o tecido urbano é inserido nessa nova ordem, algo que era antes restrito aos monumentos. A discussão tecida sobre o patrimônio ganha pujança nos estudos sobre o urbano, guardando íntima relação com as formas de perceber as cidades na contemporaneidade. Uma contextualização parece necessária para estabelecer-se um fio-guia que conduza ao melhor entendimento do objeto apresentado. Devido a sua complexidade e importância a escrita debruça-se, mormente, sobre a temática do patrimônio, expondo-se de modo sucinto, suas implicações nas intervenções e usos dos centros das cidades.

Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini (2006: 16), esclarecem que patrimônio é um vocábulo de origem latina *patrimonium*, que se referia entre os romanos a tudo que pertencem aos pais. Da origem até hoje o termo sofreu expressivas alterações, mas foi com o surgimento dos Estados nacionais que desencadeia-se uma transformação radical no conceito de patrimônio. Nesse tocante o exemplo mais fecundo de criação do Estado Nacional seria a França, a partir de 1789, a história revela que não foi fortuito o desenvolvimento do moderno conceito em solo francês. A Revolução Francesa veio desfalecer com as bases do antigo regime. Com o advento da República tornou-se imperioso criar cidadãos, valores, costume, uma língua, uma cultura e origem supostamente em comum. Para que isso fosse perenizado políticas educacionais que difundissem, inclusive entre as crianças, foram empreendidas com o intuito de imbuir desde a mais tenra idade a idéia de pertencimento a uma nação. “Assim, começa a surgir o conceito de patrimônio que temos hoje, não mais no âmbito privado ou religioso das tradições antigas e medievais, mas de todo um povo, com uma única língua, origem e território.” (FUNIRI; PELEFRINI, 2006: 16). Cabe, ainda, frisar, que a ênfase no patrimônio nacional ganhou mais relevo no período compreendido entre os anos de 1914 a 1945, quando o mundo assistiu a eclosão de duas grandes guerras, desencadeadas pelo impulso do nacionalismo. No pós-guerra, novos e relevantes agentes sociais destacam-se no cenário internacional, registrando com isso, a decadência dos modelos nacionalistas que enfocaram um patrimônio homogêneo. As experiências fermentadas no mundo, nesse período, – criação de movimentos sociais –, acentua o ímpeto de se valorizar a diversidade nas sociedades. Remetendo-se a esse período Françoise Choay, discorre que na França logo depois da Segunda Guerra Mundial, o número de bens que foram inventariados decuplicara. Envolvendo todas as formas de arte, o domínio “patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais; ele agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana: [...] casas e bairros, aldeias, cidades inteiras, [...] conjuntos de cidades, como mostra ‘a lista’ do Patrimônio Mundial estabelecida pelo UNESCO. (CHOAY, 2001: 12). Na esteira desses acontecimentos a definição do que seria um patrimônio dilata-se.

Em meados da década de 1950, ocorre a inclusão não somente da cultura, como também do meio ambiente, grupos sociais e locais como proteção do patrimônio.

Em 1972 é realizada a primeira conversão sobre o patrimônio mundial, cultura e natural adotada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Desse ponto crucial passou-se a considerar que os sítios manifestados como patrimônio da humanidade pertenciam a todos os povos do globo. A partir disso, o reconhecimento de um sítio como patrimônio mundial tem tornado um atrativo cultural e econômico, acentua-se com isso, o fluxo de turismo.

Conforme destaca Beatriz Kara José (2007), desde meados da década de 1960, vem desenvolvendo-se, no Brasil, a política de preservação do patrimônio histórico associada a política de desenvolvimento turístico. Em alguns momentos essa política amalgama-se a meta de dinamizar a economia urbana e reverter o quadro de degradação de diversas cidades. Já nos anos de 1990, esses objetivos imbricam-se a uma nova regência, que se desenha com a perspectiva de modernização produtiva e a competição do país no mercado internacional. Nesse sentido, a indústria do turismo ganha extraordinário destaque, sendo inserido nos planos de desenvolvimento do país, tornando-se, portanto, setor estratégico. No rastro desse novo processo, os investimentos em recursos, tendo em vista a melhoria da infra-estrutura para o turismo, inserem a recuperação do patrimônio histórico. Esse processo, que ganha corpo, na conjuntura atual, comumente batizado de patrimonialização e estetização urbana, abordado por Henri-Pierre Jeudy (2005: 9), em sua obra “Espelho das cidades”, estão imiscuídas as novas estratégias de marketing, “ditas de revitalização, que buscam construir uma nova imagem para as cidades contemporâneas que lhe garantam um lugar na nova geopolítica das redes internacionais.

O novo quadro que se desenha insere-se na lógica contemporânea do consumo cultural urbano, em que a cultura, patrimônio (e tradições), passam ser moeda de altíssimo valor. No que concernem as cidades, essa realidade é tecida com iguais propósitos, a competição especialmente por turistas e investidores estrangeiros, mobiliza os governos em esforçar-se para vender a imagem de suas cidades. As especificidades de cada urbe adquire notoriedade, uma vez que, as cidades passam a seguir um modelo homogeneizador, impingido pelos financiadores multinacionais dos gigantescos projetos urbanos. Dito em outras palavras, o crescimento do processo de homogeneização simbólico e cultural, engendrado com o desenvolvimento em esfera mundial dos conglomerados midiáticos, mobilizou os grupos políticos em todo o globo a efetivarem ações em torno da valorização dos distintivos culturais, imprescindíveis na formulação do sentimento de pertencimento. Esse conjunto de transformações acaba resultando em uma paradoxal discussão: de um lado a padronização cultural, do outro a autenticidade das culturas. Nesse sentido, a valorização do patrimônio desponta como a “palavra mágica” ou a “expressão-chave” (CHOAY, 2001: 212).

No trecho das cidades latino-americanas, como salienta Funiri e Pelegrini, a valorização do patrimônio cultural e a necessidade de reabilitar os centros históricos, estão inseridos nas páginas do debate acerca do desenvolvimento sustentado, pois esses “centros representam a síntese da diversidade que caracteriza a própria cidade.” (2006: 29) Ou, ainda, para usar a expressão de Sharon Zukin (2000:109), “o centro histórico é um fragmento fundamental da memória pública.

Vista por esse ângulo, a reabilitação dos centros históricos, além de potencializar a identidade coletiva dos povos e promover a preservação de seus bens culturais – materiais e imateriais – pode contribuir para o desenvolvimento econômico e social e, ainda, otimizar os custos financeiros e ambientais do desenvolvimento urbano, através do aproveitamento da infra-estrutura de áreas centrais e do incremento da indústria turística. (FUNIRI e PELEGRIN, 2006: 29).

Até mesmo nos países da Europa, as políticas sistemáticas de recuperação de centros históricos são recentes, adquiriram proeminência com as reflexões suscitadas pelo desenvolvimento do urbanismo moderno. Assim, nas décadas de 1970 e 1980, assiste-se a um novo processo, o nexos entre o patrimônio histórico com a indústria da cultura, transformando-os em produto de consumo. Nesse mesmo compasso, nas cidades européias e americanas, uma nova experiência passa caracterizar as medidas de intervenções governamentais, a saber: as políticas de gentrification.² Esse processo diz respeito a uma nova tendência mundial, fruto da desindustrialização das urbes e da resultante crise de vitalidade econômica de certos espaços da cidade. Autores como Zukin (1995), Featherstone (1995), Leite (2004) e Harvey (1983) entre outros, vêm dando indubitável contributo para compreensão dessa temática.

Na trilha dessas alterações, áreas centrais e portuárias, antigas fabricas, tornam-se alvos de medidas de revitalização e enobrecimento. De modo geral, essas locais passam a ser habitadas pela camada social de maior poder aquisitivo, formando com isso, novos enclaves residenciais. Vale à pena lembrar que, comumente, o desdobramento desse processo, provoca a retirada dos moradores mais pobres.

Antigas áreas “marginais” das grandes cidades vão transmutando em complexos centros de lazer, com sofisticados bares, restaurantes e galerias de arte. Numa apropriação quase privada do espaço urbano, essas práticas segmentam áreas centrais das cidades históricas e as transformam em cenário de disputas por um fragmentado espaço de visibilidade pública. Sobretudo para a crítica pós-moderna (Harvey, 1992), essa noção de fragmentação urbana tem sintetizado esse caráter espacializado das relações sociais na experiência urbana contemporânea. (LEITE, 2004: 20).

No enalço dessa candente tendência, voltada para o consumo cultural, “nasce a cidade da ‘festa-mercadoria’”. Essa nova (velha) cidade folcloriza e industrializa a história e a tradição dos lugares.” (CERPA, 2007: 107). É sob essa nova lógica que se estabelece o engate entre a imagem criada para atração turística e “lugares-espetáculos”. (Id. 2007, p. 107) Aqui, torna-se

² Segundo Carlos Eduardo Silveira, em seu texto “Processo de gentrificação”, o termo *gentrification*, foi empregado pela primeira vez no princípio da década de 1960, pela socióloga Ruth Glass, para denominar o conjunto de expulsões da população de baixo poder aquisitivo que residiam em áreas centrais da cidade, e sua substituição por moradores de classe média. Ocorrendo, assim, a renovação das habitações, alterando profundamente a forma e o conteúdo social desses espaços urbanos. (2007, p. 7).

oportuno, uma breve exemplificação desses ditames. No que diz respeito ao cenário brasileiro, a cidade de Salvador é emblemática. Nesse sentido faz-se mister destacar brevemente a experiência soteropolitana, sobretudo, por ser também, o foco empírico do trabalho aqui proposto. É factível reconhecer que o projeto de revitalização do Centro Histórico (Pelourinho) promoveu a retirada dos moradores de nível socioeconômico muito baixo e de “suas respectivas práticas cotidianas populares [substituído-as] por simulacros culturais turísticos. (JEUDY, 2005: 12) Em 1984, Salvador tem seu Centro Histórico tombado como patrimônio histórico pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural – IPHAN, e no ano de 1985 é reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade. Nesta direção aliando-se a corrente contemporânea, o Governo do Estado planeja fomentar o turismo, como alternativa econômica. Desse modo, o Pelourinho torna-se o lócus privilegiado, pois congrega uma pluralidade de elementos que evocam, em virtude do imaginário que permeia o lugar, dos signos que referenciam a baianidade.

Sintonizada com essa lógica, acima explicitada, as residências foram substituídas por bares, lojas restaurantes, banco, ateliês etc, voltados para atender aos visitantes da capital baiana. O projeto enquadra-se a nova corrente de ‘revitalização’, de espaços centrais das cidades e segue a propensão de reordenamento da paisagem urbana com fins a uma perenidade do tempo e do espaço por meio da preservação do seu patrimônio. Entra em cena, então, o “plano, que visa vender o produto cultural ‘Pelourinho’ para os turistas, conta com uma programação de animação cultural nas praças. “Pelourinho” Noite & Dia” – que visa exatamente dar “vitalidade” ao local.” (CERPA, 2003:22). Ancorado em uma ampla estratégia de marketing, com vigorosa invocação aos estereótipos da cultura africana que marca o lugar, o projeto visa, desse modo, engendrar uma nova imagem urbana e do seu núcleo central.

A cidade de Salvador foi criada em 1549, para ser a sede do Governo Geral do Brasil, na época colônia de Portugal. Primeira capital do Brasil teve seu nascedouro no alto de uma colina, onde foi construída sua primeira praça, “bem no coração do centro, sobre a esplanada do topo da escarpa. [...] É onde hoje se encontra a Praça Municipal” (SANTOS, 1959: 56) mais antiga cidade brasileira tem seu centro dividido em Cidade Alta e Cidade Baixa. No tocante ao trabalho aqui proposto, pretende-se focar, a área do Centro Histórico, localizado na Cidade Alta. Essa área engloba desde a

Praça [...] Tomé de Souza, para onde se dirige a população em momentos de crise e durante as festividades, estão o Paço Municipal, o Palácio dos Governadores, a Casa da Moeda e a Casa da Relação. Ao norte da Praça do Palácio, [...] a Santa Casa de Misericórdia e o Palácio Arquiepiscopal. Uma vez superados, chega-se a uma segunda praça, o Terreiro de Jesus, na qual encontramos o Colégio, que foi dos Jesuítas e hoje pertence à Universidade Federal da Bahia, imponentes igrejas barrocas e casas pequenas, antigas e irregulares. Essa praça, centro religioso de Salvador, é um lugar de passagem de pessoas que vão e vêm da Cidade Baixa para o Santo Antônio, o Passo e Santana. Descendo do Terreiro de Jesus, ainda em direção ao norte, encontra-se o Pelourinho, um bonito espaço construído com sobrados de diversos andares e habitado, até meados do XIX, por uma classe abastada, que fazia dele um dos locais residenciais mais valorizados até então. As transformações sociais que começam em finais do século XIX convertem

o Pelourinho numa área pobre, local de amontoamento da população que vem para a cidade, em plena crise da economia rural e depois da abolição da escravidão. (PINHEIRO, 2008: sem paginação).

O Centro Histórico de Salvador desempenha relevante valor histórico e simbólico para a cidade de Salvador e para o país. Sendo ainda um fecundo exemplo das discussões aqui apresentadas. De modo breve expõe-se sobre a cidade e Centro Histórico que será *locus* privilegiado do trabalho que ora se apresenta. Nesse sentido, o intuito precípuo, do estudo, reside em analisar o papel e as representações que são proeminentemente associadas ao Centro Histórico da cidade de Salvador. Nessa perspectiva faz-se necessário traçar um panorama do histórico dos Centros, verificando nesse percurso seus limites as funções, usos e práticas sociais que contribuíram/contribuem para a consolidação de determinadas representações acerca desses núcleos originários.

Diante dos contextos aqui explicitados, várias questões são suscitadas: vistos com mais acuidade, como é o Centro Histórico dessa cidade? Que representações estão predominantemente associadas ao Centro Histórico? Que funções animam esse Centro, administrativas, religiosas, comercial, cultural? Que usos se efetivam nesses Centros Históricos? Qual o papel das políticas voltadas para preservação do patrimônio do desenrolar das práticas e usos dos Centros Históricos de Salvador? Possibilita o encontro entre pessoas das diferentes camadas sociais ou é o lugar do evitado pela população? Estas e muitas outras inquietações estimularam a construção deste trabalho de pesquisa.

Na esteira da grande ênfase atribuída ao patrimônio, o sociólogo francês Henri-Pierre Jeudy (2005, p. 42), afirma que na Europa, o patrimônio representa uma questão de identidade cultural e cada região dispõe do seu próprio patrimônio, o que demonstra sua capacidade multicultural, para satisfazer aos ditames da globalização. Nessa perspectiva, para Jeudy ,

O turismo cultural europeu é realizado dentro de uma “perspectiva identitária”, que pode chegar até a defesa das “diferenças étnicas” para preservar a imagem mais comum da alteridade. [...] Mas o turismo cultural baseia-se, em escala mundial, na manutenção de uma heterogeneidade cultural garantida pela museografia. O mundo deve se tornar um grande museu para que a identidade, a etnicidade, a alteridade não sejam mais do que rótulos, e que a invocação destas últimas sirva sobretudo para o comércio turístico mundial. Três etapas são necessárias: a primeira é a da extinção das culturas vivas, já realizada desde o começo do século; a segunda é a da “passagem ao museu” dessas mesmas culturas, de uma homogeneização do espetáculo; e a terceira corresponde à reabilitação da heterogeneidade cultural ensejada pela “guerra cirúrgica” e pelos movimentos humanitários, preparando a conservação patrimonial e da museografia. (1990, p. 42).

Atinente a esses aspectos, Françoise Choay, defende que os centros históricos precisam ser revitalizados para serem habitados e não para se tornarem objetos mortos para o consumo mercantil. Enfatiza, ainda, que os centros precisam ser reapropriados

pelos seus cidadãos, para que, assim, seja também preservadas a cultura e identidade.

Assim, o estudo como salienta Beatriz Kara-José (2007, p. 13), “inscreve-se no debate sobre áreas urbanas centrais, tema de ampla extensão e obrigatório na atualidade”. Nesse sentido, a pesquisa enfocando o Centro da capital baiana se insere nos debates em torno destes referenciais teórico-conceituais. O que vem viabilizado inúmeras discussões interdisciplinares, configurando-se em campo fértil de realização de pesquisas, delineando-se, portanto, em um caminho reptador, estimulante e extremamente rico de possibilidades.

Referências

- A CIDADE como habitat na Escola de Chicago. **Áreas Vírus: Grupo de Estudos do Centro de Pesquisa ATOPOS**. Sessão Estudos Urbanos, [s.n.], nov. 2008, sem paginação. Disponível em <http://areasvirus.site90.net/?p=6>. Acesso em 15 de abr. 2009.
- CANCLINI, Nestor García. Imaginários culturais da cidade: conhecimento/ espetáculo/ desconhecimento. In.: COELHO, Teixeira (Org.). **A cultura pela cidade**. São Paulo: Iluminuras/ Itaú Cultural, 2008.
- CARLOS, Ana Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CASTELLS, Manuel. **A questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- _____. O flâneur, a cidade e a vida pública virtual. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.
- FERREIRA, Eduarda Lago. Apontamentos sobre o lazer e o patrimônio urbano edificado no centro histórico de Vila Nova de Gaia. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia I**. Porto-Portugal; v. 5/6, p. 117, 1999/2000. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1622.pdf>. Acesso em: 5 de maio de 2009.
- FRÚGOLI, Heitor Júnior. **São Paulo: espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero; Serviço Social do Comércio/SESC-SP, 1995.
- _____. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007.
- FUNIRI, Pedro Paulo; PELEFRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.
- IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. São Paulo: UNESP, 1988.
- LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Edunicamp, 2004.
- LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MENDOZA, Edgar. Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950). **SciELO**. Porto Alegre, n. 14, jul./dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 6 de abr. de 2009.
- MONETTI, Tino. **Revista XXY**. [s.n.]: CGA Produções, 24 out. 2006. Disponível em:

<http://www.xxy.com.br/turismo/materia.asp?id=2173>. Acesso em: 5 de jun. de 2009.

PATRIMÔNIO: Centros Históricos devem ser habitados e não “objectos mortos” defende investigadora francesa. **Jornal Portal de Nisa**. Nisa, 15 de maio de 2009. Disponível em <http://jornaldenisa.blogspot.com>. Acesso em 5 de jun. 2009.

PEDROSO, Francis. **O centro de Campinas (SP) – usos e transformações**. Campinas/SP: [s.n], 2007.

PESSÔA, José Simões de Belmont. Os vazios nos centros históricos brasileiros. In.: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. 11, 2005, Salvador. **Anais**. Salvador [s.n.], 2005. p. 1-15.

PINHEIRO, Eloísa Petti. Dois Centros, duas políticas, dois resultados. **X Colóquio Internacional de Geocrítica: Diez Años de câmbios em El mundo, em LaGeografía y em las Ciências Sociales**, 1999-2008. Barcelona: Universidade de Barcelona, 26 – 30 de maio de 2008.

KARA-JOSÉ, Beatriz. **Políticas culturais e negócios urbanos: a instrumentalização da cultura na revitalização do Centro de São Paulo (1975 – 2000)**. São Paulo: FAPESP; Annablume, 2007.

ROBBA, Fábio; MACEDO, Sílvio Soares. **Praças brasileiras**. 2 edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

ROLNIK, Raquel. São Paulo na virada do século: o espaço político. **Espaço & Debate**: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo: Editora Cortez, ano 6. n. 17, p. 44-54, 1986.

SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. A cidade como objeto de estudo: diferentes olhares sobre o urbano. **Revista Comciência**. Cidades. Campinas/ São Paulo: Universidade de Campinas, 10 de mar. de 2002, sem paginação. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid24.htm>. Acesso em 5 de jun. 2009.

SANTAMAURO, Antonio; MOLINA, Ligia. Referência da paisagem. **Revista França Brasil**. São Paulo: Editora Conteúdo, n 281, mar./abr. de 2007. Disponível em http://www.conteudoeditora.com.br/franca_brasil. Acesso em: 05 de junho de 2009.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade do Salvador: estudos de geografia urbana**. Salvador: Edufba, 1959.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVEIRA, Carlos Eduardo Ribeiro. Processos de gentrificação: a (re) organização espacial nas cidades, a construção de territórios e a questão do espaço como um sistema informacional. **VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: debates em Museologia e Patrimônio**. Salvador: Universidade Federal da Bahia-UFBa, 28 a 31 de out. de 2007, p. 7. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/DMP--184.pdf>. Acesso em 5 de maio de 2009.

VELHO, Gilberto. Individualismo, anonimato e violência na metrópole. In: **Revista Horizontes Antropológicos**. Ano 6, Nº 13. Porto Alegre, Jul. de 2000, p. 15-29.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2 edição. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 2001.

VINCENT, Jean-Marie. Conservação e valorização do patrimônio. **Análise e Reflexões**, 2002. Disponível em: www.unisc.br/universidade/nucleos_patrimonio/producao_cientifica.pdf. Acesso em 6 de jun. de 2009.

ZUKIN, Sharon. Paisagens do Século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In.: ARANTES, Antonio Augusto. **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.